

Público

15-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 2088 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 10/11

Trio na sucessão a Mar

Descalabro nas legislativas de Outubro acendeu o forno da crise e levou à saída de cena do fundador. Partido caiu dos quase 61 mil votos de 2015 para 9217

Partidos Nuno Ribeiro

No domingo, 5 de Janeiro, começou o prazo para a chegada dos votos por correspondência à eleição directa do novo presidente do Partido Democrático Republicano (PDR) que culmina no sábado, com votação, entre as 9 e as 18h na sede nacional, em Lisboa. À sucessão de António Marinho e Pinto, que anunciou no princípio de Dezembro o abandono da vida política, concorrem três candidatos, numa disputa em trio para a liderança de um peculiar partido. Falhou sempre a representação parlamentar em São Bento, mas elegeu o seu líder para o Parlamento Europeu.

A personalidade e trajecto de Marinho e Pinto não suscitam unanimidade entre os candidatos. O advogado Bruno Fialho, 43 anos, recém-filiado no partido em Setembro de 2019, propõe-no para presidente honorário. No que é acompanhado por outro candidato, o economista Miguel Pintado, 59, membro do conselho nacional. "Tem de haver uma continuidade na sequência da sua candidatura ao Parlamento Europeu que está na origem do partido", justifica.

Fialho, que foi cabeça de lista em Setúbal nas legislativas de Outubro e recebeu 692 votos, bem abaixo da notoriedade mediática na sua função de mediador durante a greve dos motoristas de matérias perigosas do passado Verão, é peremptório. "A herança do PDR é pesada, fruto de opções menos bem conseguidas, no entanto Marinho e Pinto é incontornável, penso que ainda pode dar muito ao partido, seria grave renegar a sua figura", antevê.

O terceiro candidato tem posição diferente. "Marinho e Pinto teve o olho clínico de se rodear das piores pessoas, não me interessa como presidente honorário do PDR porque tomou partido por Bruno Fialho, que recusa debates", acusa Henrique Prior, 67 anos, advogado, escritor,

agricultor e antigo candidato a deputado por Viseu – também sem sucesso naquela luta eleitoral, como isento de êxito foi o desempenho do partido republicano nas legislativas que, no entanto, abriram as portas do hemisfério a deputados únicos de três formações políticas.

Este sucesso não bafejou o PDR, que apenas conseguiu no país 9217 votos, quando, em 2015, chegou aos 60.912. Ou seja, em quatro anos, viu diminuir em mais de seis vezes a sua expressão eleitoral. Do forno destes resultados nasceu a crise, o anúncio, pelo próprio Marinho e Pinto, do fim da vida política e três candidatos em disputa da preferência dos 2900 filiados.

Daí que os propósitos das candidaturas à sucessão tenham, necessariamente, origem num cenário de descabro. Com críticas de pessoalismo numa formação popularizada precisamente pelo seu carácter unipessoal. Que repousou e residiu no caudilho e ex-bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho e Pinto.

O bem e o populismo

Apesar desta umbilical ligação do criador à sua criação, um candidato propõe uma ruptura, um futuro de novo cunho, com novo nome e símbolo. "Quero fazer um outro partido com outro nome, porque se confunde com o do PNR [Partido Nacional Renovador] e porque o nome e o símbolo estão demasiado gastos e mal vistos, como os resultados eleitorais demonstraram", afirma Henrique Prior.

Se a 6 de Outubro, o PNR teve mais de 15.270 votos contra os 9920 dos republicanos, em 2015, o PDR ficara bem à frente – 61.632 face a 22.596. Pelo que a confusão, a existir, teria sido nas últimas eleições. Donde, ocasional e não com carácter sistémico. A futura designação, precisa, será escolhida pelos filiados.

Contudo, Henrique Prior vai mais longe do que uma possível confusão de siglas quando analisa o desenlace da estratégia eleitoral recente. "Diri-



O Partido Democrático Republicano foi fundado no 5 de Outubro de 2014 e teve Marinho e Pinto como primeiro líder. São agora candidatos à presidência do partido os advogados Henrique Prior e Bruno Fialho e o economista Miguel Pintado. As eleições estão marcadas para dia 18, sábado — o mesmo dia, por sinal, da segunda volta das directas do PSD



Marinho e Pinto no PDR



NELSON GARRIDO

Opóquer de candidatos passou a trio

Desistiu candidato que criticou *outsourcing* sindical e alegado favorecimento a Bruno Fialho

Sérgio Passos, de 53 anos, advogado em Condeixa-a-Nova e que fora o segundo membro da lista por Coimbra nas legislativas de 2015, desistiu da sua candidatura à sucessão de Marinho e Pinto à liderança do PDR. Em declarações, ao PÚBLICO, anteriores a esta decisão, o militante número 35 do partido, que presidiu ao conselho nacional, denunciaria o que considerou como montagem de uma plataforma de *outsourcing* sindical à volta da acção política dos republicanos desde o Verão passado. “Por verificar que os órgãos superiores do PDR, o seu presidente da comissão política e presidente do conselho nacional terem tomado posições a favor e em prol do candidato Bruno Fialho, portanto encontrando-se o processo eleitoral inquinado e adulterado, apresento a renúncia da minha candidatura”, afirma no *email* enviado ao partido.

O militante que liderava a lista D vai mais longe e apresenta a sua “demissão e renúncia” do partido que pretendia refundar, alterando o nome, símbolo, programa político-ideológico e estatutos. “O partido que prevejo é um partido humanista, das pessoas, o credo

democrático vive à direita, à esquerda, ao centro”, foi a forma como o então candidato se reviu no clássico espectro político.

Ao contrário dos outros dois candidatos que se mantêm na corrida, Sérgio Passos não admitia a hipótese da presidência honorária para o fundador. “O PDR tem sempre vivido ao mando de Marinho e Pinto. Seria um mero trespasso do partido e transformá-lo numa plataforma de *outsourcing* sindical”, justificou ao PÚBLICO.

Na sua mira estava a estratégia seguida nas legislativas de Outubro de guindar sindicalistas a cabeças de lista em Lisboa, caso de Pedro Pardal Henriques, vice-presidente e assessor jurídico do Sindicato dos Motoristas de Matérias Perigosas, que tentou parar o país no Verão de 2019. Ou em Setúbal, como ocorreu com Bruno Fialho, dirigente do Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil e mediador no conflito dos motoristas.

Apurados os resultados, fálhou o que ex-candidato insistiu em sintetizar como plataforma de *outsourcing* sindical, uma tentativa de terciarização política a caminho da criação de um braço sindical de novo cunho.

país: do Serviço Nacional de Saúde a possíveis reversões de privatizações, da Educação às Parcerias Público Privadas (PPP). Enfim, aos temas que prendem os cidadãos à coisa pública.

São admitidas PPP na saúde, num sector que se quer tendencialmente gratuito como definido na Constituição. O modelo da escola pública é para defender, segundo Miguel Pinto ou Henrique Prior. “Quem para o privado que o sustente”, diz, mesmo Bruno Fialho, contudo defensor da opção de escolha de pais e encarregados de educação. Já quanto ao futuro das PPP rodoviárias, há intenções programáticas à la carte. “Não serei absolutamente contra [o fim das parcerias público-privadas], desde que os riscos sejam assumidos em partes iguais entre o Estado e os privados”, é a orientação do candidato Henrique Prior. “Na sua maioria, as PPP são criminosas, os contratos celebrados são péssimos, há cláusulas que devem ser anuladas e reverter a favor do Estado”, posiciona-se Bruno Fialho.

Este candidato é ambicioso em relação a possíveis reversões de nacionalizações. “No tempo da *troika* e de Pedro Passos Coelho, foram praticados crimes de lesa-pátria na EDP, CTT, REN e TAP”, refere quem, no PÚBLICO, assinou como sindicalista artigos de opinião contra a gestão de Neeleman na companhia aérea ou verberando o “apeadeiro” do Montijo. Admite, por isso, a denúncia dos contratos depois de estudados os custos e a reversão para o Estado destas empresas, que define como de interesse público. Miguel Pinto não considera privatizações em que o Estado perca o controlo accionista de 50% mais um. Enquanto Henrique Prior advoga por elementos indicados pelo Estado nos conselhos de administração que controlem a posição dominante e a fuga de capitais. Já a concessão do serviço universal dos CTT, a ser revista em 2021, deve acabar.

É com este caderno de encargos que o trio de candidatos protagoniza a ronda interna da sucessão a António Marinho e Pinto num universo de 2900 filiados. Só depois, a cidadania ponderará da sua valia quando for chamada ao voto. Chame-se PDR ou o que se vier a chamar.

nribeiro@publico.pt



giu-se uma luta contra os jornalistas e os magistrados como se fossem inimigos”, acusa: “O partido nunca se definiu correctamente em termos políticos, não era carne nem era peixe, quero um partido de centro-esquerda, à esquerda do PS.”

Esta geometria política radica numa convicção do advogado que redesenha o xadrez político tal como o conhecemos. “O Bloco de Esquerda e o PCP não são partidos políticos, mas congregações religiosas que acreditam no messianismo da classe operária”, descreve.

“A minha perspectiva é de um partido de centro-esquerda moderado”, observa, por seu lado, Miguel Pinto. “Quero promover a aproximação aos partidos que não têm representação parlamentar, mas que estão próximos de nós, como o Nós Cidadãos e, eventualmente, O Partido da Terra e o JPP [Juntos pelo Povo], proclama.

Diferente é o discurso do terceiro candidato em liça. O advogado e sindicalista Bruno Fialho soma opções e dilui diferenças: “O PDR conjuga o melhor de todas as ideologias, quer

proteger os cidadãos em vez das questões partidárias, a divisão entre esquerda e direita é irrelevante, temos de nos centrar sobre os cidadãos e resolver os problemas da sociedade.”

“Convergência”

Daí que a palavra motriz do que politicamente defende seja “convergência”. “Devemos convergir, mas uma pessoa a tentar fazer o bem é sempre acusada de ser populista”, protesta.

Sintonia é o que resulta das respostas aos clássicos problemas do